

Venezualização?

Márcio G. P. Garcia¹

24 de agosto, 2018

Sugestão de olho: *Candidato que for contra o teto de gastos, ou contra a reforma da Previdência, medidas imprescindíveis para evitar a explosão da dívida pública, não merece voto.*

A hiperinflação venezuelana atinge fantásticos um milhão por cento ao ano! O déficit público ultrapassou 30% do PIB em 2017. Esta semana, cortados cinco zeros da moeda, foi lançado o bolívar soberano, que substituiu o anêmico bolívar forte. Mas não há esperança de que as medidas do governo venezuelano possam deter a hiperinflação e a recessão.

O que hoje se passa na Venezuela nos lembra um passado hiperinflacionário enterrado há quase um quarto de século pelo Plano Real. Apesar de a economia brasileira estar muito aquém do desejado, será que pelo menos podemos dormir tranquilos, certos de que o Brasil não voltará a passar pelo desastre da hiperinflação? Infelizmente, acho que nem tal certeza podemos ter.

Por que o risco de retorno à hiperinflação não pode ser descartado? Duas condições complementares compõem o caldo de cultura que poderia gerar tal catástrofe. A primeira é o estado calamitoso de nossas contas fiscais. Não somente a situação é grave, como toda a dinâmica aponta para sua piora.

O gráfico anexo, que tomei emprestado de Rogério Werneck e Alexandre Schwartzman, mostra a trajetória de nossas contas fiscais desde 1995. Tínhamos, à época, uma carga tributária bem menor, cerca de 26% do PIB, condizente com países de renda média, e um pequeno superávit primário (isto é, o governo arrecadava mais do que gastava, afora juros). Nas duas décadas desde então, a carga tributária avançou enormemente, para quase 33% do PIB. Mas os gastos públicos avançaram muito mais, gerando um déficit primário de cerca de 2% do PIB. Tal descalabro fiscal, aliado a juros elevados, gerou uma dívida pública extremamente elevada, das mais altas entre países emergentes. E, pior ainda, uma dívida pública que cresce muito rapidamente.

Para deter tamanho avanço dos gastos públicos será necessário que os eleitos neste ano, sobretudo o Presidente da República, com apoio dos demais poderes, tomem medidas drásticas. A principal, sem a qual não haverá qualquer chance de revertermos o desastre fiscal, é a reforma da Previdência. Se continuarmos a nos aposentar tão cedo, dado que vivemos por mais anos, a explosão da dívida pública será uma certeza. E há também o argumento de equidade, que requer a diminuição drástica dos privilégios com que contam diversas carreiras públicas. De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), o provento médio dos aposentados do poder Legislativo Federal é de quase R\$ 27 mil, para citar apenas o mais aberrante dos dados apresentados.

¹ Ph.D. por Stanford, Professor da Cátedra Vinci do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente neste espaço (www.economia.puc-rio.br/mgarcia).

Mas só a reforma da Previdência não basta. É preciso adicionalmente reduzir o avanço dos demais gastos públicos, em todos os níveis. Infelizmente, não parece haver condições políticas de se obter tal resultado. Só para citar um exemplo, o STF recentemente anunciou que pretende se outorgar um aumento superior a 16%, no que foi seguido pelo Ministério Público, o que geraria custos bilionários, pelo efeito cascata, caso venha a entrar em vigor.

Vários candidatos têm se manifestado contra o teto de gastos, como se fosse possível continuar a aumentar o gasto público agregado em termos reais (acima da inflação). Não é. Se o teto de gastos não for respeitado, ou se aumentam os impostos, ou a dívida explodirá.

É aí que entra a segunda condição do caldo de cultura para a hiperinflação. Nesse contexto de desequilíbrio fiscal exacerbado, a inflação entra como uma “solução”, não só por gerar alguma receita suplementar pela emissão monetária (senhoriagem), mas sobretudo por levar à erosão do valor real dos salários e dos gastos públicos. Este último mecanismo, conhecido como efeito Bacha, foi fundamental para explicar por que demoramos tanto a vencer a hiperinflação.² E a corrosão inflacionária de proventos pode ser bastante relevante para diminuir o gasto público. Gastos com pessoal e benefícios respondem por mais de 80% dos gastos do Judiciário, do Ministério Público e do Legislativo Federal.

E, como duramente aprendemos, a inflação elevada contribui para confundir o debate político. No período pré-Real, atribuía-se a culpa por quase tudo que havia de errado na economia à hiperinflação. E a hiperinflação não era culpa de ninguém. Era como uma doença genética sem cura conhecida, contra a qual pouco havia a fazer. Assim, nada se via e nada se fazia contra os verdadeiros problemas. O Plano Real nos permitiu finalmente vislumbrar nossos problemas sem o véu inflacionário.

Infelizmente, o que até agora se vê dos programas econômicos dos candidatos a Presidente da República, bem como das perspectivas eleitorais evidenciadas pelas pesquisas, não parece garantir que estejamos livres de retornar nosso passado de inflação elevada. A boa notícia é que cabe somente a nós eleger representantes que reconheçam nosso grave problema fiscal e se disponham a enfrentá-lo, a despeito dos custos políticos. Candidato que for contra o teto de gastos, ou contra a reforma da Previdência, medidas imprescindíveis para evitar a explosão da dívida pública, não merece voto.

² Em recente projeto que analisou o fim das hiperinflações latino-americanas, coordenei a elaboração de artigo que analisa a experiência hiperinflacionária brasileira (<https://mafhol.uchicago.edu/>).

Carga tributária x Gastos Públicos - % PIB

